

**PCP**

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO      Número      /XI ( .ª)

PERGUNTA      Número 573 /XI (1 .ª)

Expeça-se
Publique-se
20/12/2008
O.Secretário da Mesa D. Soares A

**Assunto: "Agricultores do Distrito de Setúbal"****Destinatário: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas***Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

A Agricultura é um dos sectores estratégicos para o desenvolvimento económico e social do País. O investimento na agricultura em Portugal tem de ser uma prioridade, para garantir a soberania alimentar do País.

O novo regime do arrendamento rural numa violação ao texto constitucional agrava as já precárias dificuldades para os agricultores/rendeiros. O novo regime acabou com a tabela dos valores máximos das rendas, o que significa a liberalização do valor destas e acaba com o direito de oposição do arrendatário. Os Agricultores rendeiros reclamam a sua suspensão e revogação.

Os orizicultores estão hoje confrontados com dificuldades acrescidas. As grandes cadeias de distribuição de produtos alimentares estão a fazer dumping na comercialização de arroz branco, facto fiscalizado e confirmado pela ASAE, em notícias de conhecimento público.

Alguns industriais aproveitando esta ilegalidade avançam com propostas de preços à produção de 0.21€/Kg para o arroz agulha e 0.23€/Kg para o arroz carolino, o que representa uma redução do preço do arroz de cerca de 50% em relação a 2008. Estes preços não cobrem os custos dos factores de produção, o que coloca em causa a continuação de produção do arroz por estes orizicultores. São cerca de 15 mil pessoas que trabalham na fileira do arroz em Portugal.

A Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal considera que os preços propostos não são aceitáveis, afirmando que são os preços mais baixos da Europa e ao mesmo tempo os factores de produção são dos mais altos.

Acresce ainda, o facto da Comissão Europeia ter apresentado uma proposta de reclassificação das zonas desfavorecidas, que elimina os critérios sócio - económicos. Esta proposta a avançar implica que os Concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém deixam de ser considerados zonas desfavorecidas, assim como as freguesias de Marateca, Poceirão no Concelho de Palmela e Canha,



Pegões e Santo Isidro de Pegões no Concelho do Montijo, o que significa que os agricultores e o mundo rural serão bastante prejudicados, pois deixarão de receber apoios específicos a que têm direito nas zonas desfavorecidas. A aplicação destes critérios constitui uma perda de 189 milhões de euros dos fundos comunitários para Portugal.

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento desta situação dos agricultores, no passado dia 20 de Novembro, na marcha lenta/protesto dos agricultores do Distrito de Setúbal, entre Alcácer do Sal e Setúbal. O PCP esteve presente demonstrando a sua solidariedade com a sua luta e reivindicações.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo, que por intermédio do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

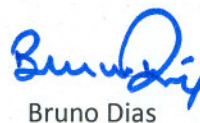
1. Considerando nos últimos meses as várias acções de protesto e denuncia dos orizicultores com conhecimento ao Governo, e as reuniões efectuadas com todos os grupos parlamentares da Assembleia da República. Que medidas já tomou ou irá tomar o Governo para garantir que os preços do arroz correspondam no mínimo aos custos de produção?
2. Que medidas irá tomar o Governo no sentido de satisfazer as justas reclamações dos Agricultores/Rendeiros de suspensão e revogação do novo regime do arrendamento rural?
3. Está o Governo de acordo com a proposta da Comissão Europeia de reclassificação das zonas desfavorecidas, que elimina os critérios sócio - económicos?
4. Que posição irá tomar o Governo em defesa da manutenção de zonas desfavorecidas dos Concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, assim como as Freguesias de Marateca e Poceirão do Concelho de Palmela e Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões do Concelho do Montijo?

Palácio de São Bento, 9 de Dezembro de 2009.

Deputados

  
Paula Santos

  
Francisco Lopes

  
Bruno Dias

  
Agostinho Lopes